

Entre *analiticidade e reciprocidade*: Schönecker e Allison sobre *GMS III*

[Between analyticity and reciprocity: Schönecker and Allison on *GMS III*]

Robinson dos Santos *

Universidade Federal de Pelotas (Pelotas, Brasil)

Considerações preliminares

A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785) de Kant conta nos dias de hoje com uma literatura comentadora cuja extensão e desdobramentos impõem cada vez mais dificuldades para o estabelecimento de um diagnóstico atualizado da discussão. Esta obra continua sendo objeto de investigações no âmbito da *Kant-Forschung*, tanto por conta de seus problemas imanentes, tais como sua *estrutura*, o *emprego de determinados conceitos e argumentos*, quanto em função de seu *status no corpus kantiano*, isto é, sua posição e relação face às outras obras, especialmente as de filosofia prática. Isso apenas corrobora a tese de que ainda não se chegou a uma interpretação conclusiva desta obra, ainda que tenhamos à disposição, como já dito, uma literatura abrangente e altamente especializada.

Neste contexto, entre os trabalhos já reconhecidos, são muito relevantes as interpretações do pesquisador alemão Dieter Schönecker *Kant: Grundlegung III – Die Deduktion des kategorischen Imperativs* (1999) e de Henry Allison, um dos mais renomados pesquisadores kantianos de língua inglesa, *Kant's Groundwork for the Metaphysics of Morals: A Commentary* (2011). Estas são duas das mais importantes interpretações contemporâneas tanto da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*¹ como um todo, quanto da sua *Seção III* em particular².

Entre as razões que podem ser citadas para justificar tal relevância eu destacaria três: a) primeiro pelo fato de serem interpretações abrangentes, rigorosas e extremamente detalhadas (oferecem evidências textuais em abundância para suas respectivas interpretações); b) segundo por tratar-se de dois reconhecidos

* E-mail: dossantosrobinson@gmail.com O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

¹ Daqui para a frente citada de modo abreviado como *Fundamentação* ou *GMS* quando me referir à obra como um todo.

² Daqui para a frente, a referência à terceira Seção da Fundamentação será citada como *GMS III*.

especialistas no tema dentro da *Kant-Forschung* que se ocupam com o tema há décadas e; c) terceiro, sobretudo, por que se trata de duas interpretações fundamentalmente *diferentes* da *GMS III*, ainda que algumas posições sejam semelhantes, no tocante a alguns aspectos da obra.

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar o debate entre estas duas interpretações sobre a *GMS III*, as críticas recíprocas (de Schönecker a Allison e as críticas deste a Schönecker) e reconstruir seus respectivos argumentos. Para isso serão identificadas primeiramente as passagens da obra de Kant às quais estas interpretações se relacionam. Em seguida, serão apresentados os argumentos e a perspectiva de um e de outro intérprete e suas respectivas críticas. Por fim, estabelecemos um resumo das questões centrais da controvérsia.

1. Onde começa o problema?

A *GMS III* está estruturada em seis partes, isto é, em *cinco subseções* e uma *observação final*. As cinco subseções são: “1. O conceito de liberdade é a chave para a explicação da autonomia da vontade”; “2. A liberdade tem de ser pressuposta como propriedade da vontade de seres racionais”; “3. Do interesse que anda ligado às ideias da moralidade”; “4. Como é possível um imperativo categórico?”; “5. Dos limites extremos de toda a filosofia prática”.

Kant tem como tarefa, neste contexto, a execução ou, pelo menos, o primeiro passo de uma “transição da Metafísica dos Costumes para a crítica da razão prática”. Trata-se da elucidação da relação entre liberdade e moralidade, como também de uma demonstração da validade do imperativo categórico. Dito de outro modo, o que está em jogo aqui é a questão da justificação desse imperativo e, portanto, a resposta à pergunta: “como é possível um imperativo categórico?”.

Na primeira subseção Kant quer mostrar *como* estão ligadas liberdade e moralidade. Trata-se aí de oferecer uma resposta à pergunta acerca do que propriamente é a liberdade da vontade e, com isso, tornar compreensível seu significado e posição como “chave” para a possibilidade da moralidade. Para realizar esta tarefa ele inicia com uma *determinação negativa* – como ele mesmo diz – deste conceito: “A vontade é um tipo de causalidade de seres livres, na medida em que são racionais e a liberdade seria aquela propriedade dessa causalidade, na medida em que ela pode ser independente de causas determinantes em relação a ela” (*GMS*, AA 04: 446,7-10). Meramente a partir desta *determinação negativa*, que nada diz propriamente sobre o que é liberdade, ainda não é possível encontrar uma resposta, conforme observa Kant. No entanto, “promana” (*fließt*) dela (*GMS*, AA 04: 446,14.) uma *determinação positiva*: a liberdade é uma causalidade de tipo especial. O conceito de causalidade assenta sobre o de *leis*. Seres não-racionais têm sua causalidade, isto é, suas leis, na necessidade natural.

Mas seres racionais, sejam eles perfeitos ou imperfeitos, têm uma vontade própria. Seres racionais podem, portanto, por meio de sua própria vontade livre (livre primeiramente de qualquer determinação estranha) ser legisladores de si próprios, isto é, agir livremente sob a perspectiva de autodeterminação (ou, ainda, agir autonomamente). A *liberdade* é, deste modo, “a propriedade da vontade de ser uma lei para si mesma” (GMS, AA 04: 447,1-2).

A estas ideias Kant conecta duas formulações que constituem o ponto de partida para diferentes interpretações acerca da *GMS*. Tais formulações são as seguintes:

- a) “...portanto, uma vontade livre e uma vontade sob leis morais é uma e mesma coisa” (GMS, AA 04: 450,6);
- b) “Se portanto a liberdade da vontade é pressuposta, segue-se daí a moralidade junto com seu princípio por meio da mera análise de seu conceito” (GMS, AA 04: 447,8.) e;
- c) “...pois liberdade e legislação própria da vontade são ambas *autonomia* e, com isso, conceitos recíprocos” (GMS, AA 04: 450,23.).

Estas formulações de Kant, atrás de sua aparente simplicidade, escondem problemas (e não são poucos) e, por isso, mesmo são objeto de controvérsia nas interpretações. Algumas das questões que podem ser levantadas aqui são: como deve ser entendida a definição de que uma *vontade livre* tem de ser equivalente a uma *vontade sob leis morais*? Estaria compreendida aqui também uma vontade sob o imperativo categórico? A qual tipo de vontade refere-se aqui o discurso de Kant? Para além disso, coloca-se também a pergunta – neste contexto – se a tarefa e questão fundamental que Kant se propõe a resolver na *GMS III* foi respondida de modo suficiente e convincente.

Dieter Schönecker e Henry Allison, dois estudiosos da filosofia kantiana, dedicaram parte de seus esforços a resolver este problema e suas interpretações possibilitam dois modos substancialmente distintos de se ler a *GMS III*. Ainda que suas interpretações desta questão sejam desenvolvidas no contexto de investigações abrangentes sobre a *GMS* como um todo, restringirei meu trabalho aqui ao conteúdo referente às passagens 447,6 e 447,8, que acima foram expostas. Precisamente em torno destas duas passagens é que as posições de Schönecker e Allison diferem uma da outra. Estas posições ou hipóteses de interpretação são chamadas por seus proponentes de *tese da analiticidade* (*Analytizitätsthese*) e *tese da reciprocidade* (*Reciprocity Thesis*) respectivamente.

No que segue caracterizarei ambas as posições e analisarei tanto os argumentos de sustentação, quanto as objeções que ambos intérpretes apresentam um ao outro. Para tal tomarei o terceiro capítulo da minuciosa investigação de Schönecker (1999) sobre a terceira *GMS III* (“Liberdade e moralidade: a tese da

analiticidade”) e a quarta parte do livro de Allison (2011) sobre a *Fundamentação*, que se concentra sobre a *GMS III* e, de modo especial, dentro desta parte, o item 10: “The moral Law, the categorical imperative and the reciprocity thesis”. Obviamente não poderei tratar aqui de toda a constelação de problemas referentes à *GMS III* contemplados em ambas leituras.

2. O que diz a tese da analiticidade?

A primeira pergunta que surge quando se lê a interpretação de Schönecker poderia ser assim formulada: por que afinal as teses de Kant em 447,6 e 447,8 são chamadas justamente de *tese da analiticidade*? O que o autor quer evidenciar exatamente com tal denominação?

Logo no começo do terceiro capítulo de seu livro principal sobre o tema Schönecker observa que esta definição deve ser compreendida no contexto da determinação, levada a cabo por Kant, do imperativo categórico como proposição sintética. Com efeito Schönecker afirma ali que:

Diferentemente da sinteticidade do imperativo categórico – e somente em imediata delimitação a esta tese é apresentada a tese da analiticidade por parte de Kant – a lei moral, para seres racionais perfeitos ou para uma vontade pura, é uma proposição analítica (Schönecker, 1999, p. 147).

Após algumas análises preparatórias sobre o conceito de liberdade (tais como: se ações segundo imperativos hipotéticos são transcendentalmente livres ou não e sobre as dificuldades acerca da relação entre liberdade transcendental e liberdade prática no âmbito da *Crítica da razão pura*), Schönecker resume sua posição frente a estes problemas e adentra, então, na análise do significado da tese da analiticidade.

O significado da tese da analiticidade é desenvolvido em três etapas: 1) primeiro é apresentado um panorama sobre os problemas da estrutura do texto da *GMS III* como um todo; 2) em seguida, é esclarecido o significado propriamente dito da tese da analiticidade e; 3) em terceiro lugar, são arrolados os argumentos de Kant que subsidiam a tese da analiticidade. Para o objetivo proposto aqui são essenciais os passos 2 e 3.

Conforme já mencionei anteriormente, as passagens centrais para as interpretações de Schönecker e Allison são os argumentos de Kant em 447,6 e 447,8. O conceito de vontade é de suma importância nestas passagens. A questão que precisa ser esclarecida aqui é: de qual *vontade* Kant está falando exatamente? Ou, dito de outro modo: à qual tipo de vontade é atribuída a liberdade? A resposta de Kant, logo no início da *GMS III* é: “A vontade é um tipo de causalidade de seres vivos, na medida em que são racionais e a liberdade seria aquela propriedade dessa

causalidade, na medida em que ela pode ser atuante, independente de causas determinantes estranhas a ela” (GMS, AA 04: 446,7).

Conforme é possível notar, trata-se para Kant da *vontade racional*. Apenas a vontade racional tem aquela propriedade: de um lado, negativamente, como independência de causas naturais, isto é, causas estranhas; e de outro, positivamente, na medida em que está apta a ser sua própria legisladora. Essa é a razão pela qual Kant conclui que “...portanto uma vontade livre e uma vontade sob leis morais é uma e mesma coisa” (GMS, AA 04: 447,6) e respectivamente que “se, portanto, a liberdade da vontade é pressuposta, segue-se daí a moralidade junto com seu princípio por meio da mera análise do seu conceito” (GMS, AA 04: 447,8).

Schönecker conecta a estas passagens a justificação de sua tese da analiticidade. O intérprete adverte seu leitor que “não é fácil entender a tese da analiticidade de Kant”³. Ela não pode ser compreendida como a ideia de que quando se pressupõe a liberdade, com isso estaria provada já a validade do imperativo categórico. Trata-se antes de, nesta passagem da obra, esclarecer a lei moral como proposição analítica.

A tese da analiticidade sustenta que para seres racionais puros, isto é, seres racionais perfeitos, a lei moral não é um imperativo, porque tais seres já agem livremente. Sua vontade é moralmente perfeita e quer apenas o bem. Esta concordância não é uma submissão. Por isso, liberdade e autonomia são entendidas neste caso como “conceitos recíprocos” (*Wechselbegriffe*). Para seres racionais sensíveis, os quais dispõem de uma vontade não-pura ou imperfeita, por outro lado, o imperativo categórico vale como um princípio sintético porque estes seres nem sempre agem moralmente. Dito de outro modo, a vontade destes seres racionais sensíveis é também livre do ponto de vista inteligível, mas ao mesmo tempo condicionada (afetada) sensivelmente. Justamente por isso o imperativo categórico constitui para ela uma obrigação.

Neste contexto Schönecker defende que sua linha de interpretação “é o único modo que permite levar o texto de Kant a uma compreensão coerente” (Schönecker, 1999, p. 154). No entanto, logo em seguida admite ele que “esta compreensão evoca, ao mesmo tempo, grandes dificuldades” (*idem, ibidem*, p. 154).

³ Schönecker (1999, p. 154). Cabe chamar atenção aqui para um aspecto que considero problemático no ponto de partida de Schönecker. Há uma diferença enorme entre a tese da analiticidade ser a denominação de uma interpretação ou abordagem - que é a de Schönecker - e a afirmação categórica por parte do intérprete de que a tese da analiticidade é exposta por Kant. Kant não apresenta em lugar algum a expressão “tese da analiticidade”. Na minha opinião ele faz um uso forçado nesta frase atribuindo a Kant, algo que é de sua (de Schönecker) formulação e interpretação. Este uso pode ser classificado como uma petição de princípio: supõe como dado, o que na verdade ainda deve ser demonstrado. É claro que ele argumenta na sequência de sua obra em defesa disso. E, sua leitura tem, aliás, muita plausibilidade; mas disso não se segue que Kant mesmo fale ou apresente de modo claro e direto uma tese de analiticidade.

Para apoiar sua interpretação o autor chama a atenção para problemas da estrutura e construção da *GMS* III e, ao mesmo tempo, para as diferentes interpretações desta parte da obra. Nesta Seção da *Fundamentação* Kant quer responder à pergunta “como é possível um imperativo categórico?”. Esta resposta não é outra coisa que a justificação da validade do imperativo categórico, ou seja, a dedução da lei moral. Conforme a interpretação de Schönecker esta dedução acontece na quarta subseção (dentro da *GMS* III).

O problema é que Kant denomina a segunda subseção, que vale como preparatória, de um modo que pode confundir o leitor, a saber: “A liberdade tem de ser pressuposta como propriedade da vontade de todos os seres racionais” (*GMS*, AA 04: 447,6). Mas, conforme aponta Schönecker, na medida em que Kant apresentara pouco antes a tese da analiticidade [“Se, portanto, a liberdade da vontade é pressuposta segue-se daí a moralidade juntamente com o seu princípio por meio da mera análise do seu conceito” (*GMS*, AA 04: 447,8)] e ele afirma agora no título da subseção 2 que a liberdade tem de ser pressuposta, isso pode induzir o leitor a pensar que a dedução já fora realizada.

A dificuldade nesse contexto (isto é, na subseção 2) é que Kant ainda não ofereceu uma justificação suficiente para a ideia de liberdade, a qual vale como pressuposto fundamental para a possibilidade da lei moral. No fim das contas o problema é adiado para a subseção 3. Ora, isso pode trazer dificuldades ao leitor, mas permite entrever, ao mesmo tempo, uma definição correta do que a tese da analiticidade *não pode significar*: “ela não pode significar que somente quando se provou a liberdade da vontade humana, estaria provada com isso também a validade do imperativo categórico para o ser humano” (Schönecker, 1999, p. 157). Isso tem como consequência, de acordo com Schönecker, que o final da subseção 3 estaria incompleto.

3. Em que a tese da analiticidade não pode consistir?

Um mal-entendido sobre a tese da analiticidade que Schönecker afirma notar em quase todos os intérpretes e que ele pretende desfazer residiria na seguinte afirmação: “Quando demonstrado que o ser humano tem uma vontade livre, então está também demonstrado que o mesmo está sob leis morais; portanto, está submetido ao imperativo categórico” (Schönecker, 1999, p. 159-160). Com efeito, o autor afirma que, por meio desta compreensão, a reconstrução da terceira seção não seria mais possível. E seu posicionamento a respeito disso é exposto por meio do seguinte argumento:

Em primeira linha trata-se para mim, portanto, da prova que esta interpretação é enganadora. De acordo com a leitura alternativa que eu gostaria de sugerir agora, a tese da analiticidade de Kant descreve a vontade de um ser racional que não está

exposto às influências dos impulsos sensíveis e por conta disso age apenas de modo racional (*idem, ibidem*, p. 160).

O pensamento central da tese da analiticidade é, portanto, a ideia de Kant de uma vontade pura, isto é, perfeita. Quando Kant descreve a vontade no início da subseção 1 como “um certo tipo de causalidade de seres vivos” (GMS, AA 04: 446,7), tem-se imediatamente a impressão de que esta definição de seres vivos está relacionada aos seres humanos (seres racionais sensíveis). Esta impressão é evidentemente errônea. Trata-se para Kant em primeira linha da vontade de um ser racional perfeito ou da vontade de um ser racional sensível *meramente* considerado desde sua perspectiva inteligível (isto é, exclusivamente como membro do mundo inteligível).

Outro mal-entendido neste contexto e que aparece em várias interpretações (que Schönecker demonstra em detalhes e que não posso reconstruir aqui devido ao limite de extensão do texto) é a compreensão de *lei moral* e *imperativo categórico* como se fossem equivalentes no que concerne à vontade. Ora, isso é esclarecido por Kant no âmbito da explicação do caráter vinculante ou necessitante (*nötigende*) das leis objetivas, especialmente entre 413 e 414. Aqui aparece mais uma distinção central: esta se refere à uma *vontade que está sob a lei moral* e uma *vontade que está sob o imperativo categórico*. Trata-se, neste caso, de um erro de interpretação (muito frequente, aliás, quando se lê o texto de Kant de modo apressado), quando se entende “vontade sob lei moral” e “vontade sob o imperativo categórico” como sendo um e mesmo tipo de relação. Na verdade ambas podem ser entendidas como relação de sujeição (*Unterwerfungsverhältnis*) mas não já como uma relação de “obrigação”. O próprio Kant enfatiza em 414 que uma vontade perfeita estaria “sob leis objetivas”, mas não “necessitada” (*genötigt*), porque ela mesma, segundo sua “constituição subjetiva” pode ser determinada somente pela representação do bem (GMS, AA 04: 414,6). Este não é o caso de uma vontade que é imperfeita. Justamente porque ela não é, em sua constituição subjetiva, determinada por meio da representação do bem, a lei moral representa para ela uma “necessitação” (*Nötigung*): “A representação de um princípio objetivo, na medida em que ele é necessitante para uma vontade se chama mandamento (da razão) e a fórmula deste mandamento se chama imperativo” (GMS, AA 04: 413,22).

O imperativo expressa, portanto, este mandamento e vale, por isso, para uma vontade que por si mesma (isto é, desde sua constituição subjetiva) não quer sempre e somente o bem. Por esta razão, apenas a vontade imperfeita está *sob o imperativo categórico*. A partir da perspectiva acima esboçada os argumentos de Schönecker podem ser resumidos em três tópicos principais:

- a) “Uma vontade livre é, portanto, uma vontade sob o princípio da moralidade mas não sob o imperativo categórico” (Schönecker, 1999, p. 163);

- b) “A vontade livre de um ser racional sensível e uma vontade sob leis morais não são ‘uma e mesma coisa’ – que elas o devam ser, é justamente o que na dedução do imperativo categórico ainda tem de ser provado” (*idem, ibidem*, p. 164);
- c) “O querer da ação boa ‘não está contido’ no querer da vontade de um ser racional sensível; ele não pode ser ‘derivado’ daquela” (*idem, ibidem*, p. 165).

Deste modo o autor sugere (I) uma determinação própria para a tese da analiticidade e ao mesmo tempo (II) uma possível reconstrução ou paráfrase, que reproduzo no que segue:

I – “A tese da analiticidade diz: uma vontade que se caracteriza unicamente por meio da razão e da liberdade é uma vontade que está ligada analiticamente com a lei moral e quer sempre o bem” (Schönecker, 1999, p. 165-166);

II – “Se, portanto, a liberdade da vontade de um ser puramente racional é pressuposta ou também a vontade de um ser racional sensível é considerada meramente em sua liberdade e racionalidade, segue-se daí o princípio da moralidade como proposição analítico-descritiva. A vontade de um ser racional sensível é boa justamente quando sua máxima é universalizável. Com efeito, meramente por meio da análise do conceito da vontade de um ser racional sensível, a propriedade de ser universalizável de suas máximas não pode ser encontrada” (*idem, ibidem*, p. 166).

A estes argumentos principais de Schönecker sobre a tese da analiticidade, apresentados até aqui de forma bastante sucinta, eu acrescento apenas uma rápida revisão das objeções que ele apresenta a Allison neste contexto de discussão. Schönecker parte de uma determinação e interpretação anterior de Allison sobre a tese da analiticidade, desenvolvida nos anos 90, e enfatiza que ela é uma “característica geralmente negligenciada da teoria moral de Kant”. Por isso ele critica Allison quanto aos seguintes aspectos:

- a) Allison teria conferido pouca atenção ao texto e ao pano de fundo da tese da analiticidade;
- b) A distinção entre o caráter sintético e analítico da lei moral “não desempenha qualquer papel para ele (Allison)”, o que para Schönecker é uma falha que faz com que a interpretação de Allison conduza a uma falsa direção;
- c) Allison conecta a tese da analiticidade de modo muito forte com a problemática da fundamentação (justificação).

Após apresentar e detalhar estas objeções contra a leitura de Allison, ele retoma os argumentos do próprio Kant que fariam em favor da tese da analiticidade.

4. No que se baseia a tese da reciprocidade?

Em seu livro *Kant's Theory of Freedom*, publicado em 1990, Henry Allison já havia formulado sua linha de interpretação sobre a GMS III. Com seu livro de 2011 *Kant's Groundwork for the Metaphysics of Morals – A Commentary* Allison retoma, ao lado de seus comentários gerais sobre as partes principais da *Fundamentação*, o ponto específico da terceira Seção. Por meio disso ele procura tanto reforçar sua interpretação sobre o tema quanto responder às críticas de Schönecker.

Como já foi mencionado antes, Allison estrutura sua interpretação a partir da *tese da reciprocidade*. Em que medida ela se diferencia da tese da analiticidade e sobre o que se funda, eis o que na sequência deve ser reconstruído (ainda que de modo resumido) e analisado.

Para Allison é claro que a GMS III tem como tarefa especialmente aquilo que no geral se atribui ao conjunto da *Fundamentação*, a saber, “o estabelecimento da validade objetiva ou a realidade do princípio da moralidade por meio de uma dedução” (Allison, 2011, p. 273-274). Esta dedução⁴, lembra Allison com toda razão, naturalmente não pode ser confundida com a *dedução transcendental*.

Allison estrutura sua análise da GMS III em dois passos: 1) primeiro deve ser analisada a identidade do princípio ou princípios para os quais Kant objetivava uma dedução e nisso devem ser contabilizados a inclusão da lei moral e do imperativo categórico; 2) em seguida, o argumento dos três primeiros parágrafos do texto (446, 7 – 447, 5) onde é anunciado que “o conceito de liberdade é chave para a explicação da autonomia da vontade”, deve ser analisado minuciosamente. Nesta passagem, de acordo com Allison, se encontra o que ele denomina de *tese da reciprocidade*, isto é, “uma vontade livre e uma vontade sob leis morais são uma e mesma coisa” (GMS, AA 04: 447,6-7). Exatamente nesta parte de seu comentário Allison se confronta com a interpretação de Schönecker e responde às suas respectivas objeções.

Conforme Allison, ainda que haja concordância geral de que o trabalho principal da *Fundamentação* consiste em uma dedução do imperativo categórico e, portanto, a justificação de sua obrigatoriedade universal e incondicional para todos os seres agentes (isto é, racionais sensíveis), as interpretações sobre *como* Kant faz isso, no entanto, são claramente divergentes.

Por essa razão Allison refere-se a duas interpretações concorrentes (Allison, 2011, p. 274) e argumenta que a diferença de ambas reside no peso e no *status*

⁴ Sobre o emprego e os diferentes significados do termo dedução, vale conferir o *Kant-Lexikon* (3 Vols.), p. 348 e seguintes.

conferido à lei moral em comparação com o imperativo categórico. Com efeito, assim observa Allison:

A disputa não se refere à questão se Kant distingue entre eles [isto é, lei moral e imperativo categórico] na medida em que é óbvio que ele o faz; ela se refere muito mais a como ele entende a relação entre os dois e, mais especificamente, se a única dedução contida no texto é do imperativo categórico ou se ela contém também uma dedução da lei moral (*idem, ibidem*, p. 275).

Allison denomina estas duas interpretações como “leitura da dedução única” e “leitura da dedução dupla”⁵. Ele considera que a interpretação de Schönecker se situa na primeira modalidade (*single deduction*) e para isso aduz duas razões:

- a) Em primeiro lugar, ele aponta para a ênfase ou preferência colocada por Schönecker na subseção 4 da *GMS III*, a saber, sobre a pergunta “como é possível um imperativo categórico?” (*GMS*, AA 04: 453-455). Esta passagem é considerada aparentemente como o “coração” da *GMS III* porque os argumentos para demonstrar ali como um imperativo é possível, são iguais ou comparáveis com a dedução e, portanto, as subseções antecedentes são entendidas apenas como meramente preparatórias. Nesta medida, se Kant respondeu a esta questão, o trabalho da *Fundamentação* estaria completo.
- b) Em segundo lugar, a consideração de que para a lei moral, isto é, o princípio supremo da moralidade, enquanto algo que é diferente do imperativo categórico, não é necessária uma dedução, porque se trata de uma proposição analítica.

Allison defende a leitura da dupla dedução (Allison, 2011, p. 275). Como referência central para o apoio de sua interpretação ele analisa os três empregos do conceito de “dedução”. De acordo com ele este conceito é empregado com significados distintos.

O segundo destes está localizado no terceiro e final parágrafo da seção comprometido com a possibilidade de um imperativo categórico e indica claramente que contribuir para esta possibilidade é a tarefa da dedução (em 454,20). Mas na sua primeira aparição o termo se refere ao conceito de liberdade e Kant sugere que o que é necessário é a dedução deste conceito ‘a partir da razão prática pura’, à qual ele adiciona, irá conter também para a possibilidade do imperativo categórico (447,22-23). Mas ainda, na sua aparição final, Kant se refere à ‘nossa dedução do princípio supremo da moralidade’ (463,21-22), uma expressão que ele usualmente emprega como equivalente para a lei moral, mais do que para o imperativo categórico” (*idem, ibidem*, p. 275).

⁵ Respectivamente *single deduction reading* e *double deduction reading*.

De modo resumido, portanto, o emprego do termo *dedução* é feito contendo três significados distintos: a) está relacionado ao conceito de liberdade; b) relacionado à possibilidade do imperativo categórico; c) é pensado como dedução do princípio supremo da liberdade.

Kant possivelmente não considerou o primeiro e o segundo como diferentes, na medida em que ele conectou a dedução da liberdade (apesar de todos os problemas que podem ser discutidos em sua argumentação) com a possibilidade do imperativo categórico. No entanto, leis morais e imperativo categórico não são uma e mesma coisa. A dedução da lei moral como proposição analítico-descritiva de um ser racional perfeito não comprovaria ao mesmo tempo e de modo suficiente a obrigatoriedade do imperativo categórico para um ser racional imperfeito (portanto, nenhum significado prescritivo por princípio); mas ela seria para tal, todavia, uma condição indispensável, conforme o argumento de Allison. A dedução da lei moral é, portanto, “uma pré-condição essencial para a dedução da obrigatoriedade do imperativo categórico para seres como nós” (Allison, 2011, p. 276).

Allison prossegue em sua argumentação por meio da determinação da lei moral de modo análogo ao imperativo categórico enquanto uma proposição sintética *a priori*. Para isso, “o primeiro passo é identificar a proposição que Kant caracteriza como lei moral”, pois Kant não a estabelece de modo claro e, ao mesmo tempo, em um local específico da obra. Há, no entanto, uma passagem em que Kant a compara com o princípio moral e chama a atenção ao aparente problema de circularidade no argumento: “Portanto, ao que parece, é como se, a rigor, apenas pressupuséssemos na ideia de liberdade a lei moral, a saber, o princípio da autonomia da vontade ele mesmo, sem que pudéssemos provar por si mesma sua realidade e necessidade objetiva (...)” (GMS, AA 04: 449,24-27).

De acordo com Allison haveria aqui uma caracterização inconfundível daquilo que é a lei moral e Kant teria reconhecido aqui também o problema no estabelecimento de sua validade, o que ele não teria feito se o tivesse considerado um princípio analítico. A partir desta consideração Allison prosseguirá em sua análise no intuito de esclarecer a questão de se a *lei moral* é um princípio analítico ou sintético. Para tal, ele se refere a três passagens da *GMS* (que me limito apenas a indicar aqui, a saber 440,16-32; 444,35-445,5; e 447,9-14) e sua observação conclusiva é a seguinte:

Embora as duas primeiras pareçam dar suporte à visão de que a lei moral é analítica e a terceira, que parece confirmar sua autenticidade, foi objeto de considerável debate, eu quero argumentar que as duas primeiras são perfeitamente compatíveis com a visão de que a lei moral é sintética e a terceira, que prova ser decisiva, tem de ser lida afirmando isso” (Allison, 2011, p. 276).

5. Considerações finais

Para finalizar minha exposição, gostaria de apontar para mais alguns tópicos breves que podem auxiliar na identificação das diferenças entre as interpretações de Schönecker e Allison, já apontadas ao longo deste trabalho. Valho-me aqui também de algumas das considerações de Allison relativas a ambas abordagens, isto é, concernentes tanto à *tese da analiticidade* quanto à *tese da reciprocidade*.

Primeiro, cabe salientar que se trata de duas interpretações fundamentalmente diferentes e, na verdade, não apenas sobre a *GMS* III, mas sobre a *GMS* no seu conjunto. Nas palavras do próprio Allison isso fica evidente. Com efeito, afirma ele: “apesar de amplas áreas de concordância, nós oferecemos leituras significativamente diferentes do texto” (Allison, 2011, p. 294). São leituras divergentes de fato, pois se referem a diferentes objetos, isto é, a diferentes constelações de problemas.

Para Schönecker o objeto de análise são os problemas imanentes da *GMS*, bem como os respectivos argumentos e conceitos sobre os quais o texto de Kant é estruturado. Allison não se restringe ao âmbito exclusivo interno da *GMS*, mas retoma claramente os argumentos de Kant também a partir da segunda crítica (*KpV*) e do escrito sobre a religião (cf. Allison, 2011, p. 288, 298). Isso faz uma grande diferença pois, como o próprio Schönecker observa (Schönecker, 1999, p. 227) e, com razão, uma coisa é a teoria da autonomia dentro da *Fundamentação*; ao passo que o que Kant formulou em outros escritos é algo bem diverso.

A *tese da reciprocidade* quer mostrar que, não apenas a relação entre uma *vontade livre* e uma *vontade sob leis morais* é uma e mesma coisa, mas também que quando a liberdade é pressuposta, então a moral, juntamente com seu princípio se segue a partir da análise do conceito de liberdade, isto é, não se pode afirmar a liberdade e negar a lei moral ao mesmo tempo.

A *tese da analiticidade* defende uma relação de “via única” e isso seria na visão de Allison apenas uma parte da tese da reciprocidade. Além disso a tese da analiticidade de Schönecker teria, segundo Allison, um papel muito mais relacionado à explicitação do problema, enquanto a tese da reciprocidade seria o primeiro passo na resolução do mesmo (Allison, 2011, p. 295).

Para finalizar considero algo exagerada a afirmação de Schönecker – a despeito do alto nível de sua competência e do rigor de sua argumentação – de que sua abordagem seja a *única* que permite entender a empresa levada adiante na *GMS* e na *GMS* III de um modo coerente, pois a leitura de Allison também o permite, assim como de outros comentadores. No entanto, para justificar esta minha conclusão será preciso escrever outro trabalho sobre o tema.

Referências bibliográficas

- ALLISON, H. *Kant's Groundwork for the Metaphysics of Morals. A Commentary.* Oxford: Oxford University Press, 2011.
- ALLISON, H. *Kant's Theory of Freedom.* New York: Cambridge University Press, 1990.
- AMERIKS, K; STURMA, D. (Hrsg.). *Kants Ethik.* Paderborn: Mentis Verlag, 2004.
- BAUMGARTEN, H. U.; HELD, C. (Hrsg.). *Systematische Ethik mit Kant.* München, 2001.
- GUNKEL, A. *Spontaneität und moralische Autonomie: Kants Philosophie der Freiheit.* Bern – Stuttgart – Wien: Verlag Paul Haupt, 1989.
- GUYER, P. (Ed.). *Kant's Groundwork of the Metaphysics of Morals. Critical Essays.* Lanham; Boulder; New York; Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.
- HÖFFE, O. (Hrsg.) *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten. Ein Kooperativer Kommentar.* 3. Aufl. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann Verlag, 2000.
- KANT, I. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten.* 2. Aufl. Hrsg. von Bernd Kraft und Dieter Schönecker. Felix Meiner: Hamburg, 2016.
- KANT, I. *Kants Gesammelte Schriften.* Hrsg. von der Königlichen Preussischen, bzw. von der Deutschen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter, 1902 ss. (Akademie-Ausgabe/AA).
- KANT, I. *Werke in sechs Bänden.* Bd. VI. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998.(Weischedel-Ausgabe/WW).
- KLEMMME, H. *Kants „Grundlegung zur Metaphysik der Sitten“. Ein systematischer Kommentar.* Stuttgart: Reclam, 2017.
- PATON, H. J. *The categorical Imperative: a study in Kant's moral philosophy.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1971.
- REATH, A. *Agency and Autonomy in Kant's Moral Theory.* Oxford: Oxford University Press, 2006.
- SANTOS, R.; CHAGAS, F. C. (Orgs.) *Moral e Antropologia em Kant.* Passo Fundo; Pelotas: IFIBE e EDUFPEL, 2012.
- SCHÖNECKER, D. *Kant: Grundlegung III. Die Deduktion des kategorischen Imperativs.* München: Alber Verlag, 1999.
- SCHÖNECKER, D; WOOD, A. *Kants „Grundlegung zur Metaphysik der Sitten. Ein einführender Kommentar.* Paderborn – München – Wien – Zurich: UTB; Schöningh, 2002.
- SCHÖNECKER, D.; WOOD, A. A “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” de Kant: Um comentário introdutório. Trad. Robinson dos Santos e Gerson Neumann. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

- SEDGWICK, S. *A Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant: uma chave de leitura*. Trad. Diego K. Trevisan. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- WILLASCHEK, M.; STOLZENBERG, J.; MOHR, G.; BACIN, S. (Hrsg.). *Kant-Lexikon*. 3 Bde. Berlin: De Gruyter, 2015.
- WOOD, Allen. *Kantian Ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Resumo: O objetivo deste trabalho consiste em apresentar o debate entre duas interpretações sobre a *GMS* III de Kant. As interpretações aqui analisadas são as de Dieter Schönecker e Henry Allison. Isso será feito por meio da reconstrução de seus argumentos e teses centrais, bem como da consideração das críticas recíprocas. Para isso serão identificadas primeiramente as passagens da obra de Kant às quais estas interpretações se relacionam. Em seguida, serão apresentados e analisados os argumentos e a perspectiva de um e de outro intérprete. Por fim, estabelecemos um resumo das questões centrais da controvérsia.

Palavras-chave: liberdade, moralidade, analiticidade, reciprocidade, Kant.

Abstract: The aim of this paper is to present the debate between two interpretations of Kant's *GMS* III. The interpretations analyzed here are those of Dieter Schönecker and Henry Allison. This will be done through the reconstruction of their central arguments and theses, as well their reciprocal criticism. For this purpose, the passages of Kant's work (*Groundwork of the Metaphysics of Morals*) to which these interpretations relate will first be identified. Then, the arguments and perspective of both interpreters will be presented and analyzed. Finally, we set out a summary of the central issues of the controversy.

Keywords: freedom, morality, analyticity, reciprocity, Kant.

Recebido em: 09/2019

Aprovado em: 12/2019